

**HABEAS CORPUS Nº 548.939 - SP (2019/0358448-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : GUILHERME MARTINS FONSECA  
**ADVOGADO** : GUILHERME MARTINS FONSECA - SP406804  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO DE ALMEIDA BARROS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEANDRO DE ALMEIDA BARROS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 583 dias-multa, por ofensa ao art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/2006, sendo-lhe denegado recorrer em liberdade.

O impetrante argumenta, em suma, excesso de prazo para a o julgamento da apelação, requerendo, liminarmente e no mérito, o direito de recorrer em liberdade.

Na origem, Apelação 1500141-87.2018.8.26.0559, da 2ª Câmara de Direito Criminal do TJSP, os autos encontram-se conclusos com o relator desde 16/7/2019, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 28/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações acerca do processamento da apelação.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator